Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 6 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.624
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

OS MANDARINS DO BANCO CENTRAL

Desembolso com dívida passou de R$ 18 tri em 23 anos. Por J. Carlos de Assis e Paulo Lindesay, **página 2**

PIB DO AGRO VEM ACIMA DO PREVISTO

Sérgio Vale analisa o resultado do Agro e os efeitos das enchentes no Rio Grande do Sul. **Página 5**

DESIGUALDADE NA ITÁLIA AJUDA DIREITA

Classe média empobrece; euroeleições ocorrerão neste domingo.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Indústria cai em abril, mas acumula alta de 3,5% no ano

A produção industrial recuou 0,5% na passagem de março para abril, interrompendo dois meses consecutivos de crescimento. Com esses resultados, o setor ainda se encontra 0,1% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 16,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

No acumulado do ano, o setor industrial cresceu 3,5%. Na comparação com abril de 2023, houve avanço de 8,4%. Em 12 meses, a indústria acumula expansão de 1,5%. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada pelo IBGE

Apesar da taxa da indústria geral estar no campo negativo, há uma predominância de resultados positivos, com três das quatro categorias econômicas e 18 dos de 25 ramos industriais mostrando expansão na produção.

Entre as atividades, a influência negativa mais importante veio das indústrias extrativas, que recuaram 3,4% nesse mês, após avançarem 0,4% em março. Outras contribuições negativas relevantes vieram de produtos alimentícios (-0,6%), de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,6%) e de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,6%).

"Entre os segmentos que mostram recuo na produção, há alguns com pesos importantes, como o setor extrativo, que recuou 3,4% nesse mês, devido à queda na produção tanto do minério de ferro como do petróleo", analisa André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal.

Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias de SP (Ciesp), avalia com preocupação a queda de 0,1%. "Embora o recuo do setor tenha sido pequeno, sua estagnação é ruim para a economia nacional, pois seu fomento é decisivo para o crescimento sustentado em patamares mais elevados, geração de empregos e mais investimentos", afirma.

Para Cervone, a necessidade de promover o desenvolvimento da manufatura, com modernização e ganhos de competitividade, aponta a importância de se cumprir com êxito a Nova Indústria Brasil (NIB), em especial o cronograma de financiamentos da ordem de R$ 300 bilhões até 2026.

A indústria tem fator multiplicador de 2,15, o maior dentre todos os ramos de atividade. Isso significa que, a cada R$ 1 que produz, são gerados R$ 2,15 na economia.

'Capitalismo do desastre': países ricos lucram com crise climática

Empréstimos a juros de mercado para nações mais pobres

Países ricos enviaram financiamento climático para o mundo em desenvolvimento nos últimos anos com taxas de juros ou condições que beneficiaram os credores. Isso significa que nações como Japão, França, Alemanha e EUA estão lucrando bilhões de dólares através de programas destinados a ajudar os países mais pobres a lidar com as mudanças climáticas.

Os países ricos emprestaram pelo menos US$ 18 bilhões a taxas de mercado e exigiram que os beneficiários contratassem empresas de seus próprios países. Além disso, foram identificados US$ 10,6 bilhões em doações que também impunham condições semelhantes. A análise foi feita pela agência de notícias Reuters a partir de dados da ONU e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Neste 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, acontece a Pré-Conferência do Clima, em Bonn, Alemanha, para a definição de como deve ser o financiamento dos danos climáticos causados, em sua maior parte, pelos países desenvolvidos.

"Os fundos de financiamento voltados ao meio ambiente não devem ser tratados como negócios, não podemos aceitar que a natureza e os bens comuns sejam tratados como mercadoria", afirma Daniel Gaio, secretário de Meio Ambiente da CUT Nacional, em matéria publicada no portal da central sindical.

Segundo matéria publicada no portal Brasil de Fato, o chamado "capitalismo de desastre" já se manifesta em Porto Alegre, conforme análise de Victor Marchezini, sociólogo e professor do Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

O governo de Eduardo Leite (PSDB) contratou empresas de consultoria dos EUA, como Alvarez & Marsal (A&M) e Mckinsey. Isso representaria, para além do benefício a interesses privados, uma imposição da lógica de mercado na reconstrução das cidades, como afirma Marchezini.

Francisco Canedo/Xinhua

Temperatura global ultrapassará marca de 1,5° de aquecimento até 2028

Há 80% de probabilidade de que as temperaturas globais médias anuais ultrapassem a marca de aquecimento de 1,5° Celsius em ao menos um dos próximos cinco anos, alertou a agência meteorológica e climática da ONU nesta quarta-feira, Dia Mundial do Meio Ambiente.

A probabilidade tem aumentado constantemente desde 2015, quando era quase zero, de acordo com a Atualização Global Anual da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

A previsão é outro alerta severo de que o mundo está cada vez mais perto da meta de menor aquecimento estabelecida no Acordo de Paris, que visa limitar o aquecimento global a bem menos de 2° Celsius acima dos níveis pré-industriais, e prosseguir esforços para o limitar a 1,5° Celsius até ao final deste século, afirmou a agência climática com sede em Genebra.

Prevê-se que a temperatura média global perto da superfície para cada ano entre 2024 e 2028 seja entre 1,1° e 1,9° Celsius superior à linha de base de 1850–1900, de acordo com o relatório.

O mês passado foi o maio mais quente já registrado em todo o mundo, marcando o 12º mês consecutivo de temperaturas médias globais recordes, informou a rede de monitoramento climático da União Europeia (UE) nesta quarta-feira.

Dados do Serviço Copernicus para as Alterações Climáticas (C3S) da UE revelaram que a temperatura média global do ar à superfície em maio de 2024 foi 0,65° Celsius acima da média de 1991–2020.

PEC de autonomia do BC: jabuticaba financeira

O senador Plínio Valério (PSDB-AM) entregou, nesta quarta-feira, para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o parecer da Proposta de Emenda à Constituição 65/2023 (PEC) que dá autonomia orçamentária e financeira ao Banco Central. A matéria inclui na Constituição a autonomia operacional da autoridade monetária, que hoje é prevista pela Lei Complementar 179, aprovada em 2021.

A PEC transforma o BC de uma autarquia federal vinculada, mas não subordinada, ao Ministério da Fazenda, em uma empresa pública, com natureza especial devido ao exercício de atividade estatal, passando a ter personalidade jurídica de direito privado.

A autonomia é defendida pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. A proposta recebeu a assinatura de 42 senadores. Para ser aprovada no plenário, uma mudança constitucional precisa do voto de 49 senadores em dois turnos.

O doutor em Economia e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Paulo Kliass avalia que o objetivo da PEC é conceder uma independência total ao Banco Central, aumentando a autonomia operacional conquistada em 2021.

"A intenção é converter o BC em um espaço do Estado que seja de fato independente do Executivo e fora do controle do Legislativo e do Judiciário. Uma jabuticaba de usufruto exclusivo do capital financeiro", alerta o especialista em artigo.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,3036
Dólar Turismo	R$ 5,5150
Euro	R$ 5,7662
Iuan	R$ 0,7315
Ouro (gr)	R$ 399,65

ÍNDICES

IGP-M	0,89% (maio)
	-0,31% (abril)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

A oligarquia paulista e os mandarins do BC – 1

Por J. Carlos de Assis e Paulo Lindesay

Num momento em que a Sociedade brasileira, de forma quase unânime, expressa sua grande dor pelo desastre sem precedentes no Rio Grande do Sul, dois eventos protagonizados por um grupo restrito de renegados neoliberais demonstraram, separadamente, sua absoluta indiferença em relação à causa da tragédia. Num deles, membros da oligarquia paulista foram a Brasília pedir a Alckmin a redução da taxa de juros. Noutro, Roberto Campos Neto reuniu sete ex-presidentes do Banco Central que o precederam no cargo para pregar a independência total do banco em relação aos dirigentes dos três Poderes da República.

A redução da taxa básica de juros faz algum sentido, pois, sem uma drástica redução dela, o Brasil não voltará a crescer a altas taxas. Mas ela deveria vir acompanhada da eliminação sumária da correção monetária, a que a oligarquia financeira resistirá com todas as suas forças, alegando direito adquirido. De fato, a eliminação da correção afetaria as próprias bases da política econômica nas quais se assentam os pilares do processo de transferência de renda embutido no gerenciamento pelo BC da dívida pública por intermédio das tais operações compromissadas, que geram a absurda concentração de renda no País.

A taxa Selic hoje está em 10,50% ao ano. Ela foi decidida no dia 8 de maio de 2024 e representa uma queda em relação à reunião de janeiro, quando os juros estavam em 10,75% ao ano. Mas essa redução beneficiou diretamente o setor financeiro e as grandes corporações. Detentores da maior parte de títulos da dívida pública, indexada à Selic, isso lhes garantiu uma taxa real de aproximadamente 6,81%. Uma simples operação matemática comprova essa engenharia. Taxa básica de juros (Selic) 10,50% - IPCA acumulado de 12 meses. 3,69% abr./2024.

Os dados do relatório mensal da dívida pública nos últimos 12 meses até março de 2024 mostram que seu estoque alcançou cerca de R$ 8,2 trilhões ou 75,1% do PIB, no período considerado. Isso representou uma sangria aos cofres públicos, da ordem de mais R$ 876 bilhões, só nesse período. Trata-se de uma verdadeira sangria da economia brasileira, administrada pela autoridade financeira independente – o Banco Central do Brasil (BC, ou Bacen).

Essa política macroeconômica suicida do Bacen, entre 2000 e março de 2024, em pouco mais de 23 anos sangrou os cofres públicos federais, somente com o pagamento do pseudo juros da dívida pública, cerca de R$ 3,9 trilhões. Considerando os pagamentos das amortizações da dívida pública federal e da correção monetária, o desembolso foi da ordem de mais R$ 18 trilhões.

Como pode um país sangrar os cofres públicos, a título do serviço da dívida pública (juros + correção monetária + amortizações) em mais de R$ 22 trilhões, e o estoque da dívida pública seguir uma trajetória de crescimento, ao longo dessa série histórica? Pelo último dado oficial publicado pelo BC, março de 2024, o estoque da dívida pública federal bruta alcançou cerca de R$ 8,3 trilhões ou 75,7% do PIB.

Já o segundo evento foi a esdrúxula reunião do presidente do BC, convocada por Roberto Campos Neto e realizada no último dia 17 com cinco de seus antecessores no cargo: Gustavo Franco, Pérsio Arida, Pedro Malan, Gustavo Loyola e Henrique Meirelles. Todos, como ele, sem exceção, apavorados com a ideia de que o sucessor a ser indicado por Lula venha a fugir do quadrado do neoliberalismo selvagem que aplicaram em suas políticas de juros básicos estratosféricos, recomendando que nenhum dos três Poderes da República, Executivo, Legislativo e Judiciário interfira nas decisões do BC independente.

O objetivo óbvio que têm é consagrar o neoliberalismo, através da chamada independência do Banco Central, como a forma definitiva de se governar o País, à margem de princípios democráticos e republicanos que venham a redefinir os rumos da política econômica por eleições livres. Jamais vi tamanha audácia num tecnocrata de plantão, cujas únicas credenciais para o cargo é ser neto de uma das figuras que maiores prejuízos causaram à economia brasileira, logo depois do golpe de 64, e com repercussões terríveis ainda hoje. De fato, a impagável dívida pública interna é resultado da correção monetária que ele inventou.

A ditadura militar brasileira foi o regime instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. Nesse período, vivemos um espasmo de milagre econômico. Apesar da média do PIB brasileiro, na década de 70, chegar a 10,8% e em 1973, o maior PIB da nossa história – 14%. Entretanto, uma boa parte da população brasileira vivia na miséria.

O regime teve também uma crescente trajetória de endividamento externo, além do interno, transformando o Brasil num grande canteiro de obras faraônicas. Enquanto em 1964 o estoque da dívida externa estava na ordem de US$ 3 bilhões, em apenas 21 anos, em 1985, esse estoque alcançou mais de US$ 105 bilhões. Isso representou um crescimento exponencial de mais de 35 vezes, em relação ao valor inicial da ditadura.

Desembolso com dívida pública passou de R$ 18 trilhões em 23 anos

Grande parte do endividamento brasileiro é oriundo de uma dívida gestada por ela mesmo. Sem contrapartida em melhorias nas políticas públicas, investimentos diretos e infraestrutura do Estado. Alguns setores até afirmam que refinanciamento/rolagem seria uma simples troca de títulos velhos por emissões de novos títulos, sem custo ao governo. Isso não é verdade. Analisando os dados oficiais do Tesouro Nacional, e da despesa geral da União³, por função, constatamos que trata-se de uma pura falácia. Entre 2018 e janeiro de 2024, os únicos dados disponíveis e publicados, os governos federais pagaram, a título de correção monetária e cambial da dívida pública mobiliária (títulos públicos), cerca de R$ 1,392 trilhão.

Desse total, em 2018, o governo Temer sangrou o cofre público em cerca de R$ 96,8 bilhões. Entre 2019 e 2022, em apenas quatro anos, o desgoverno Bolsonaro sangrou o Tesouro Nacional em cerca de R$ 876,6 bilhões. Já o governo Lula, entre 2023 e janeiro de 2024, desembolsou, a títulos de correção monetária e cambial da dívida mobiliária, cerca de R$ 417 bilhões. Como podemos constatar, o problema do Brasil não é falta de dinheiro, mas a sua destinação.

Querendo copiar no Brasil a política fiscal-monetária norte-americana, Roberto Campos, no Planejamento, junto com o ministro da Fazenda de Castelo Branco, Octávio Gouvêa de Bulhões, introduziu a correção monetária no País, no início da ditadura de 64, supostamente para facilitar, em tempos de inflação elevada, investimentos privados em títulos da dívida pública, através de aplicações no open market. Na verdade, abriram caminho para aplicações meramente especulativas no mercado financeiro, que resistem até hoje.

Essa engenharia especulativa, serve para garantir lucros crescentes e vitalícios ao setor financeiro e às grandes corporações, servem como colchão de liquidez aos investidores internacionais e nacionais, e não ao povo brasileiro.

Em apenas quatro fontes de recursos, o Brasil criou um colchão de liquidez, da ordem de R$ 4,870 trilhões, com rentabilidade crescente e garantias supostamente vitalícias, para transferências de renda dessa ordem de pobres para ricos, enquanto garantia os lucros crescentes do capital financeiro rentista.

Tudo está registrado nos saldos oficiais das estatísticas fiscais do Bacen, março de 2024, primeiro nas Operações Compromissadas, em cerca de R$ 1,355 trilhão ou 12,3% do PIB, depois em Depósitos Voluntários Remunerados, de cerca de R$ 129 bilhões. Estes representam 1,2% do PIB, ao que se soma o Saldo na Conta Única do Tesouro, de R$ 1,572 trilhão ou 14,3% do PIB. Além disso, contamos com as Reservas Internacionais – US$ 351,5 bilhões (R$ 5,17) ou R$ 1,814 trilhão, ou 16,49% do PIB

Nas Estatistas Ficais do Banco Central do Brasil há um elemento importante para analisarmos a política macroeconômica, que acusa a falta de recursos para financiamento da nossa economia. É a chamada Base Monetária. Trata-se do agregado monetário básico. Inclui o papel-moeda emitido pelo governo em poder do público e o volume de reservas mantido pelos demais bancos no Banco Central. O saldo da Base Monetária, em março de 2024, era cerca de R$ 417 bilhões ou 3,8% do PIB.

Uma economia do tamanho da brasileira precisaria de uma base monetária de cerca de 40% do PIB. Essa falta de moedas para financiar a economia é proposital. O argumento falacioso do deus "mercado" é que emissões de moedas causará o crescimento inflacionário.

Qual a pergunta que devemos fazer: qual o dinheiro que circula na economia brasileira? A maior parte do dinheiro circulante na economia está na forma de títulos públicos remunerados. Quem detém a maior parte dos títulos públicos? O setor financeiro rentista e as grandes corporações. Isso explica a falta de recursos para financiar a economia brasileira.

Na prática, o derrame de títulos públicos com correção monetária que entupiu o mercado serviu desde o início apenas como instrumento para arrochar a liquidez interna e desnacionalizar nosso sistema bancário, isso a fim de compensar o dinheiro que faltava aqui com os empréstimos de bancos estrangeiros. Curioso é que, no momento, não havia dívida pública a financiar. E a equipe econômica do regime militar, por ignorância ou má fé, inventou a correção justamente para liquidar o Estado Nacional e os entes públicos federativos, com seus preconceitos ideológicos contra o setor público. Agora, num momento em que faltam recursos para a reconstrução do Rio Grande do Sul, entendemos que o presidente Lula deva tomar a iniciativa de extinguir a correção monetária.

As consequências financeiras para o Estado Nacional e os entes federativos da correção foram desastrosas a médio e longo prazos. Foi justamente a dívida pública, suportada pela correção monetária e sem a contrapartida de gastos públicos, que progressivamente reduziu a capacidade de o Estado e os entes federativos, todos hoje altamente endividados, fazer gastos.

O saldo das dívidas dos estados, em março de 2024, alcançou cerca de R$ 724 bilhões ou 6,6% do PIB. Desse total, cerca de R$ 595,5 bilhões ou 5,4% do PIB são referentes ao saldo da Lei 9496/1997, referente à chamada Lei Kandir, que reduziu drasticamente os impostos estaduais. Foi essa sangria dos recursos estaduais o principal responsável pela queda dos seus investimentos em infraestrutura – inclusive logísticos, e para prevenção de desastres climáticos.

Somente o pagamento da dívida pública da União já alcança quase a metade do orçamento total, e o que sobra para o orçamento primário é fruto da disputa pelo "mercado" financeiro e as grandes corporações. Em 2023, o gasto com a dívida pública representou R$ 1,890 trilhão ou 46,3% da despesa geral da União. Já o orçamento primário representou cerca de R$ 2,470 trilhões, ou 53,7% da despesa geral da União. Um valor maior que o pagamento da dívida pública da ordem de R$ 580 bilhões, mas assim mesmo esmagado pelo orçamento financeiro que aumenta ano a ano. Por isso, o "mercado" continua exigindo que seja desidratado o orçamento primário da União, onde verdadeiramente reside o Estado Social brasileiro, para que ele continue se cevando dos recursos do povo!

J. Carlos de Assis é economista e doutor em Engenharia de Produção. Paulo Lindesay é professor-tutor da Auditoria Cidadã e coordenador da Auditoria Cidadã Núcleo RJ.

A parte 2 deste artigo será publicada na próxima terça-feira

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Desigualdade na Itália beneficia a direita

Ultrapassada pelo Brasil em 2024, a economia da Itália tem crescido nos últimos 15 anos, mas o fosso econômico entre as famílias de rendimentos elevados e de renda média aumentou, mostrou relatório divulgado recentemente pelo Banco Itália (Banco Central). A desigualdade maior é um dos pilares do crescimento da direita na Europa.

"O nível de desigualdade na Itália está atualmente em linha com o da Zona Euro, similar ao da França, mais elevado do que na Espanha e mais baixo do que na Alemanha", afirmou o Banco Central.

O crescimento econômico italiano beneficiou principalmente os 10% que compõem as famílias mais ricas, que amealharam 60% da riqueza em 2023, enquanto os 50% mais pobres representavam apenas 7%.

"Em comparação com 2010, a percentagem de riqueza detida pelos 10% mais ricos das famílias aumentou cerca de 7 pontos percentuais, principalmente à custa do grupo médio de famílias", informou o Banco de Itália. Quanto às famílias mais pobres de Itália, o seu patrimônio líquido manteve-se essencialmente estável.

O aumento na riqueza líquida chegou a 14%, a preços correntes, entre 2010 e 2023, "impulsionado por um crescimento muito forte (29%) observado na décima parte das famílias mais ricas", explicou o BC.

Por outro lado, a classe média caiu 4,8% no mesmo período por conta da queda do valor dos imóveis. Enquanto as famílias ricas podiam investir numa variedade de instrumentos financeiros, as famílias de rendimento médio investiram principalmente no mercado imobiliário nacional.

A Itália é a 3ª maior economia da União Europeia (UE), depois da Alemanha e da França, e ocupa a 9ª posição no ranking global. A economia italiana vem sofrendo há décadas com políticas neoliberais, aprofundadas pelo financista Mario Draghi, que foi primeiro-ministro até outubro de 2022, sucedido por Giorgia Meloni – que, apesar de eleita com o já batido discurso contra o "sistema", manteve a política econômica.

Direita segue avançando

Pesquisa sobre as eleições europeias, que acontecerão no próximo domingo, publicada pelo diário financeiro francês *Les Echos* mostra que o partido do presidente Emmanuel Macron está prestes a ser ultrapassado pelo Partido Socialista.

O partido mais à direita, Reunião Nacional (de Marine Le Pen), está disparado em 1º lugar e aumentando sua diferença com relação aos outros. O RN é presidido pelo extrema-direita radical Jordan Bardella.

Rápidas

O prazo para inscrições no 1º Festival Internacional de Cinema de Paraty termina em 16 de junho. Podem concorrer filmes produzidos a partir de 2022. As inscrições são gratuitas: festivaldecinemadeparaty.com.br. O evento ocorrerá entre 1º e 04 de agosto *** O Glass South América acontecerá de 12 a 15 de junho, no São Paulo Expo. O Club & Casa Design, em parceria com a Esquadria Show, participa da feira *** A rede Grau Educacional lançou a 3ª edição do seu projeto social, oferecendo mais de 1.200 bolsas de estudo para qualificações técnicas e profissionalizantes, gratuitas e presenciais. Os interessados podem se inscrever até esta sexta-feira (7) em grausocial.com.br

Brasil está há dois anos sem listagem de ofertas públicas

Mercado mundial: menos IPOs, mas crescimento da receita

No Brasil, o mercado de IPOs (de ofertas públicas) está sem listagem há dois anos, considerado o maior tempo em mais de duas décadas. A perspectiva é que esta retomada ocorra no segundo semestre deste ano. Já em outros mercados a realidade é diferente.

"A carteira de IPOs está crescendo em vários setores, mas espera-se que as empresas que estrearão em 2024 sejam lucrativas e em escala de setores tradicionais. No entanto, isto depende de uma melhoria do contexto do mercado, incluindo a perspectiva de taxas de juro de um dígito, entre outros fatores", explica Rafael A. Alves dos Santos, sócio e especialista em IPO na EY, empresa global de consultoria e auditoria.

A consultoria publicou recentemente o EY Global IPO Trends Q1 2024, estudo sobre o mercado mundial de ofertas públicas referente ao primeiro trimestre de 2024. Embora os valores em receita tenham aumentado em 7%, de US$ 22,1 bilhões para US$ 23,7 bilhões em comparação com o mesmo período do ano passado, o levantamento aponta uma queda em 7% na quantidade de ofertas públicas de 307 para 287.

De acordo com o estudo, parte dessa queda é motivada principalmente pela baixa na região da Ásia-Pacífico, que apresentou redução de 34% na quantidade de ofertas públicas e de 56% em receita, devido a uma condição desfavorável do mercado por causa da baixa liquidez, do aumento da saída de capitais, de uma parada temporária de IPOs na China Continental e de um ambiente de taxa de juros elevada em Hong Kong. Ainda assim, a região da Ásia-Pacífico representa 42% dos IPOs globalmente e 24% das receitas arrecadadas.

Já as regiões das Américas (Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Argentina, Porto Rico, Bermudas, Equador e Jamaica) tiveram um início de ano positivo. O estudo aponta um crescimento de 21% no número de IPOs e de 178% em receita, totalizando 52 ofertas públicas e uma arrecadação de US$ 8,4 bilhões no primeiro trimestre de 2024. Uma representatividade de 18% dos IPOs globalmente e 36% das receitas arrecadadas.

Segundo Rafael A. Alves dos Santos, "todos os negócios nas Américas, exceto três, no primeiro trimestre de 2024, foram realizados em bolsas dos Estados Unidos (EUA), e os dois maiores IPOs foram negócios transfronteiriços de emitentes estrangeiros cotados nos EUA. Os setores de saúde e tecnologia continuam a representar a maior parte da atividade por número de IPOs. A atividade biotecnológica tem sido particularmente robusta, com nove negócios que arrecadaram US$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre de 2024".

O cenário positivo se repete na região da Europa, Oriente Médio e África (Emeia) com um crescimento de 40% na quantidade de ofertas públicas e de 58% em volume arrecadado, totalizando 116 IPOs e um montante de US$ 9,5 bilhões no primeiro trimestre de 2024. Uma representatividade de 40% dos IPOs globalmente, assim como das receitas arrecadadas.

"O mercado de IPOs da Emeia demonstrou uma resiliência notável por causa dos índices de volatilidade das ações permanecerem baixos, mantendo-se estáveis face às medidas restritivas dos bancos centrais. Tal crescimento é atribuído também a maiores médias de negócios de IPOs na Europa e na Índia", avalia o especialista. "Seis das 10 principais listagens foram originadas nessa região, com duas empresas optando por listagens transfronteiriças nos EUA e quatro destacaram-se como mega IPOs", complementa.

Os setores industrial (80%), de consumo (63%) e de tecnologia (70%) foram os três principais setores de IPO em número e demonstraram a melhoria mais significativa no desempenho pós-mercado em comparação com o primeiro trimestre de 2023. Por outro lado, o setor financeiro testemunhou uma diminuição substancial para 27% no número de IPOs: "Os candidatos a IPO devem considerar o impacto dos riscos geopolíticos e dos conflitos regionais, dos fatores macroeconômicos (inflação e taxas de juro) e de um ambiente regulamentar em mudança (reformas da bolsa de valores, regulamentações de valores mobiliários e requisitos ESG) e acompanhar de perto os resultados eleitorais", aconselha o especialista da Ey.

As bolsas de valores que mais se destacaram neste período são a dos EUA e da Índia, que assumiram a liderança em quantidade e volume de receita, enquanto as bolsas da China caíram na classificação.

MP limita compensação de créditos de PIS/Pasep e Cofins

Editada para compensar os impactos da manutenção da desoneração da folha de pagamentos de empresas e de municípios, a Medida Provisória 1.227/2024, que impõe restrições à compensação de créditos das contribuições ao PIS/Pasep e à Cofins começa a ser analisada pelo Congresso. Publicada ontem em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), a MP também limita o uso do crédito presumido desses tributos, que incidem sobre pessoas jurídicas.

A MP determina que, a partir de 4 de junho de 2024, os créditos do regime de não cumulatividade da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins somente poderão ser usados para compensar esses tributos. Antes, o contribuinte com créditos em contabilidade podia utilizá-lo para pagar outros tributos, como o Imposto de Renda da empresa.

O governo afirma que o fim dessa sistemática é necessário porque o regime da não cumulatividade do PIS/Pasep e Cofins criava uma "tributação negativa" ou subvenção disfarçada para os contribuintes com grande acúmulo de créditos. O estoque atual de créditos nas empresas seria de R$ 53,9 bilhões. A MP também revoga diversos dispositivos da legislação tributária que previam o ressarcimento em dinheiro do saldo credor de créditos presumidos da contribuição ao PIS e da Cofins, apurados na aquisição de insumos.

Apelidada pelo governo de "MP do Equilíbrio Fiscal", a norma prevê outras medidas, como condições para fruição de benefícios fiscais. O governo alega que a MP é "indispensável" para reorganizar as contas públicas após o Congresso Nacional prorrogar, até 2027, a desoneração da folha de pagamentos de empresas e de municípios.

De acordo com a equipe econômica do governo, a MP pode garantir um aumento de arrecadação de R$ 29,2 bilhões este ano. Ainda segundo o governo, a continuidade da política de desoneração custará R$ 26,3 bilhões aos cofres públicos em 2024.

A MP 1.227/2024 também determina que as pessoas jurídicas com benefício fiscal deverão prestar informações à Receita Federal, por meio de declaração eletrônica, sobre os benefícios recebidos (como incentivos e renúncias), e o valor correspondente. A Receita definirá em regulamento os tipos de benefícios e os prazos e condições das declarações. Além disso, o aproveitamento dos benefícios fiscais passa a ser condicionado a uma série de fatores, que são detalhados na MP.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) diz ver com preocupação a MP. "A Medida Provisória tem o objetivo de compensar as perdas que o governo terá este ano com a desoneração da folha de pagamentos, porém impacta o caixa das empresas que terão que utilizar outros recursos para pagar seus impostos que não os créditos de PIS/Cofins. Também afetará a competitividade da indústria nacional e as estratégias de investimentos e inovação das corporações, comprometendo a dinâmica do mercado com prejuízos para a geração de emprego e de renda, e reflexos importantes na economia nacional."

Ainda segundo a entidade, a MP "fere o princípio da não cumulatividade e interfere no direito do contribuinte ao crédito, viola direito de propriedade, da razoabilidade e da segurança jurídica, comprometendo a confiança no sistema legal e tributário brasileiro. Neste contexto, a medida representa um retrocesso, sendo incompatível com os consensos estabelecidos durante a aprovação e o processo de implementação da reforma tributária, indo inclusive na contramão de preceitos básicos da própria reforma em curso, posto que a modernização do sistema tributário do consumo, feita pela Emenda Constitucional 132/2023, tem como um de seus pilares o aproveitamento amplo e irrestrito dos créditos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência de estados e municípios."

E encerra dizendo que a proposta "deve ser debatida com maior profundidade entre a sociedade civil e o poder público, a fim de se buscar caminhos que garantam um ambiente de negócios capaz de prover investimentos e trazer os benefícios desejados para a economia brasileira."

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

COMPRAS INTERNACIONAIS - Estudo da consultoria Plano CDE, encomendado pelo Alibaba Group, analisou a elasticidade de preços de compras internacionais, que apontou que 55% dos consumidores não aceitariam pagar uma alíquota maior que 40%. A nova alíquota, proposta no PL do Mover para compras abaixo de US$50, chegaria a 44,5%, de acordo com a política tributária do país. Neste novo cenário, um produto de R$200, com a aplicação de ICMS e Imposto de Importação, ficaria R$289. A metodologia adotada, inspirada em leilões, busca determinar o valor máximo que os consumidores estão dispostos a pagar por um produto. Através de um processo interativo, onde o preço é ajustado de acordo com a resposta do consumidor, a pesquisa identifica o ponto ideal de aceitação, revelando o valor máximo que a maioria dos consumidores está disposta a pagar.

TRAVESSEIROS - A Altenburg, fabricante de travesseiros, aposta em um modelo específico dentre os 50 tipos que fabrica como opção de presente para o 12 de junho, Dia dos Namorados. O body pillow é o modelo ideal para substituir uma companhia e se sentir "abraçado" na hora de dormir. A Altenburg possui ainda uma variedade de fronhas para body pillow, que podem ser incluídas na sugestão de presente. De diversas cores e tecidos (algodão, percal ou poliéster toque acetinado), lisas e bordadas, as fronhas para esse produto também podem ser encontradas na Altenburg Haus, linha de alto padrão da marca.

ILLUSION CAT - A banda Illusion Cat, nova promessa do indie rock carioca, apresenta o show "Illusion Cat Live at Audio Rebel", onde canta as músicas de seu primeiro álbum 'The Sinner and the Paradise Garden', lançado há um ano, e algumas do próximo trabalho, entre elas "Lauren". Formada por Carlos Areias (vocal e guitarra), Rodrigo Pinheiro (guitarra), Gabriel Bordallo (baixo), Luigi Gosling (teclados) e Gabriel Barreiros (bateria), o show vai trazer os sucessos autorais "Marianne", "Epilogue of a Poor Man", "Please Don't Go Away" and "The Red Lady", no próximo dia 16 de junho (domingo), às 17h, na Audio Rebel, Rua Visconde Silva, 55 - Botafogo, RJ. Ingressos Sympla - https://www.sympla.com.br/illusion-cat-live-at-audio-rebel__2474140 Instagram @illusioncatbanda

JÚLIA MOYSÉS - No próximo sábado (8/6), das 11h às 14h, a jornalista e escritora belo-horizontina Júlia Moysés lança seu primeiro livro de ficção "O desaparecimento dos peixes" (Cas'a Edições). O lançamento acontece no espaço A'mais (Avenida Brasil, 75, Casa 2, Santa Efigênia), com entrada gratuita. Os livros estarão à venda a R$ 60 no local e, posteriormente, pelo site casaedicoes.com. Em "O desaparecimento dos peixes" a autora traz referências da cultura afromineira, dos congados e reinados, de outros elementos da religiosidade e da cultura popular brasileira e do pensamento do mestre quilombola Nego Bispo, morto em 2023. O livro começou a ser escrito durante a pandemia de Covid-19 e também tem sua narrativa atravessada por uma misteriosa doença. Este livro foi realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.

SARAU - Grupo de escritoras do Rio de Janeiro promovem o sarau "Quando as palavras faltam, a gente escreve", para apoiarem as pessoas do Rio Grande do Sul, através de palavras, poemas e textos, com o objetivo de aquecer os corações. A transmissão será pelo Instagram @ versos_soltos_por_aí e terá a escritora Andressa Klemberg como mediadora. O Sarau será no Capitu Café, dia 7 de junho, sexta-feira, às 19h, quando as escritoras e escritores oferecerão seus escritos, através da fala, aos gaúchos que se encontram em abrigo, como apoio, abraço e conforto, com o suporte da escritora Andressa Klemberg, que se encontra em Porto Alegre e será como uma ponte-afetuosa, para que as leituras sejam ouvidas e recebidas por essas pessoas que necessitam tanto de acolhimento neste momento. A ação literária solidária é aberta a todos que quiserem compartilhar suas palavras e leituras. O Capitu Café fica na Rua Cosme Velho, 174, RJ.

ONG FAVELA MUNDO - Junho é conhecido como o mês do orgulho e, pensando nisso, a ONG Favela Mundo vai reservar 10% das vagas em suas oficinas para pessoas LGBTQIA+. A iniciativa visa promover a inclusão e a diversidade, garantindo oportunidades de formação profissional. As vagas são para cursos voltados para o mercado da estética, carnaval e audiovisual. As formações incluem aulas de fotografia, vídeo, maquiagem social, maquiagem artística, tranças e turbantes, fantasias e adereços, decoração, alongamento de unhas e artesanato. As aulas práticas terão duração de 10 semanas, sendo realizadas uma vez por semana a partir de agosto. Todo o material e uniforme serão fornecidos gratuitamente e não haverá taxa de inscrição. Ao término dos cursos, os participantes receberão certificados e estarão prontos para ingressar no mercado de trabalho e gerar sua própria renda. As inscrições começam no dia 1º de julho e as aulas serão oferecidas no bairro do Caju, na Zona Portuária do Rio, e no Morro da Babilônia, na Zona Sul. Para se inscrever, basta ter mais de 15 anos.

Registro Geral é publicado na quinta-feira.

Economia do Rio cresceu mais que a do país

Análise feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (Ifec-RJ), ligado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, com base no Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC), de março de 2024, revela que a economia do estado do Rio registrou crescimento, agora de 0,42% em relação a fevereiro na série livre de efeitos sazonais, enquanto o dado nacional caiu 0,34%.

O desempenho foi positivo na comparação interanual, apresentando crescimento de 3,20% frente a março de 2023. De acordo com o IFec-RJ, o índice no estado acumula variação de 4,83% em 2024 e de 4,79% nos últimos 12 meses, mais que o dobro observado no país.

Já de acordo com o Sebrae Rio, , com base nos dados da Receita Federal, de janeiro a maio de 2024, 1,6 milhão de pequenos negócios foram fundados no Brasil. Desse total, 128 mil (8%) são Rio de Janeiro. Com isso, o estado ocupa o terceiro lugar na criação de novas empresas pelo país, ficando atrás apenas de São Paulo (30%) e Minas Gerais (11%).

Cinco municípios concentram 61,5% dos pequenos negócios abertos no Rio de Janeiro: Capital (43%), São Gonçalo (4,9%), Nova Iguaçu (4,8%), Duque de Caxias (4,8%) e Niterói (4%). No estado, as atividades que mais abriram empresas foram de logística e transporte; serviços de alimentação; casa e construção; estética, beleza e spa; e moda e confecção.

Além disso, o Rio de Janeiro também registra mais de 1,1 gigawatt (GW) de potência instalada na geração própria de energia solar. De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o estado possui mais de 120 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por 92 cidades, ou 100% dos municípios da região. Atualmente são mais de 139 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

Desde 2012, a modalidade já proporcionou ao Rio de Janeiro a atração de R$ 5,7 bilhões em investimentos, geração de mais de 33 mil empregos e a arrecadação de R$ 1,7 bilhão aos cofres públicos.

Emplacamento de veículos caiu em maio

No mês de maio, os emplacamentos de veículos registraram queda de 8,29% em relação a abril, de acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). A retração está ligada, principalmente, a um dia útil a menos em maio (21 dias em maio contra 22 dias úteis em abril), em razão de feriados.

"Embora o momento seja de cautela, em razão das dificuldades enfrentadas no Rio Grande do Sul, cujos prejuízos das enchentes ainda estão sendo contabilizados, já que a situação local permanece crítica, as condições favoráveis do crédito mantiveram o mercado aquecido no restante do País, seja em maio como no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, fazendo com que o mercado total continue apontando viés positivo", afirma Andreta Jr., presidente da Fenabrave.

Ele recorda que os emplacamentos acumulados até maio são os melhores para o período desde 2014. "Ainda é cedo para analisarmos o impacto do Rio Grande do Sul nas vendas anuais. O estado respondeu por cerca de 4% dos licenciamentos do Brasil até abril. Sabemos que houve perdas, mas parte dessa frota poderá ser reposta nos próximos meses, considerando os sinistros ainda não registrados", diz.

Segundo o presidente da Fenabrave, das 722 concessionárias de veículos existentes no Rio Grande do Sul, cerca de 300 foram afetadas pelas chuvas, conforme levantamento realizado pela Regional Fenabrave-RS. O setor tem realizado movimento para captar recursos financeiros e doações para as vítimas das enchentes, incluindo as famílias dos colaboradores das Concessionárias afetadas, e tem negociado com entidades e órgãos do Detran-RS e governo para ajudar na recuperação das empresas estabelecidas no estado.

Já quando o assunto são automóveis de segunda mão, levantamento do Data OLX Autos aponta que no primeiro trimestre o Fiat Palio, Volkswagen Gol, Honda Civic, Renault Sandero e Fiat Uno foram os veículos mais declarados como vendidos na plataforma OLX para a cidade do Rio de Janeiro, mostrando um predomínio por modelos hatch. Por outro lado, os automóveis mais anunciados para venda na cidade entre janeiro e março de 2024 foram Volkswagen Gol, Chevrolet Onix, Volkswagen Voyage, Fiat Palio e Jeep Renegade.

Dentre as marcas mais procuradas no Rio de Janeiro, estão Chevrolet, Fiat e Volkswagen. Na comparação de marcas mais buscadas, fica evidente o alinhamento do Rio de Janeiro com o mercado brasileiro de forma geral.

Quando detalhado por carrocerias, o balanço mostra que Palio, Gol, Sandero, Ka e Uno foram os hatches mais comercializados no Rio de Janeiro no primeiro trimestre de 2024.

Na categoria de carros com maior compartimento traseiro, Honda Civic, Toyota Corolla, Fiat Siena, Renault Logan e Chevrolet Prisma foram os mais vendidos na cidade.

Entre os utilitários desportivos mais vendidos no Rio de Janeiro em 2024, o ranking é composto por Jeep Compass, Jeep Renegade, Renault Duster, Honda HR-V e Ford Ecosport.

Ao olhar para os veículos cuja característica é a divisão do cofre do motor, cabine para os passageiros e caçamba, os mais vendidos na cidade no primeiro trimestre do ano foram Fiat Strada, Fiat Toro, Volkswagen Saveiro, Chevrolet Montana e Ford Ranger.

Comidas de São João ficam mais caras em 2024

Para celebrar a Festa Junina deste ano, os brasileiros podem ter que ajustar seus hábitos culinários tradicionais em resposta ao aumento dos preços dos alimentos, de acordo com uma pesquisa realizada pelo site de entretenimento OnlineCassino.com.br. Muitos dos ingredientes básicos que compõem as comidas típicas da Festa Junina, como leite condensado, amendoim, mandioca, milho e canjica, tiveram aumentos de preços que variam entre 3% e 48% no último ano. Isso faz de 2024 o segundo ano consecutivo em que muitos desses preços aumentaram acentuadamente, muito acima da taxa oficial da inflação, de 1,25%.

O feijão é exceção, teve queda de preço de 18% desde 2023.

A Festa Junina, ou 'Festa de São João', é uma das celebrações mais populares e queridas do país, com cidades e vilarejos de todo o Brasil aproveitando as danças, fantasias, músicas e, claro, as comidas tradicionais típicas da época. No entanto, será que os aumentos contínuos e consideráveis de preços vão forçar as pessoas a trocar a canjica pelo caldo de feijão? O estudo aponta que isso pode ocorrer, já que mais brasileiros terão que gastar para contar com todos os pratos da Festa Junina em suas comemorações.

Um pacote de 500g de canjica custava R$ 3,91 em 2022, R$ 5,79 em 2023, mas agora será necessário desembolsar R$ 8,25. Isso representa um aumento de preço de 42,4% em um ano e de 111% em dois anos. Já o preço de 1kg de mandioca, que havia diminuído de 2022 para 2023 - passando de R$ 5,74 para R$ 4,70 - agora aumentou pelo maior percentual entre os produtos típicos da Festa Junina, subindo de R$ 4,70, em 2023 para R$ 6,99 em 2024. Em termos percentuais, isso representa um aumento de preço de 48,72%. A única boa notícia para os brasileiros este ano é o preço do feijão, que caiu de R$10,78 em 2023 para R$8,79 em 2024, uma redução de 18,46%.

BANCO CÉDULA S/A CM)] n° 33.132.044/0001-24
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 14 DE JUNHO DE 2024

0 Conselho de Administração do Banco Cédula S/A, usando das atribuições que Ihe conferem a Lei e o Estatuto Social convoca os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede na R. Gonçalves Dias, 65/67 -4º andar, no dia 14/06/2024 as 11h, em substituição a convocação anterior datada de 19, 20 e 23/04/24, tornando-a sem efeito, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I- AGO: a)**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** Eleição da nova composição dos novos Membros da Diretoria e do Conselho de Administração, **II- AGE: a)**Fixação da remuneração global dos Administradores; **b)**Alteração do Estatuto Social arts 9°-§10, 130-§20 e 32-Inciso III;**c)**Assuntos gerais. RJ, 04/06/2024. Jacques Claudio Stivelman - Presidente do Conselho em exercicio.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 13/06/2024, às 10:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a alteração do vencimento das 2as e 3as emissões de debêntures da Companhia; b) deliberar sobre o cancelamento das debêntures das 2as e 3as emissões de debêntures da Companhia mantidas em tesouraria; c) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia, incluindo a rescisão de quaisquer contratos mantidos junto à instituição depositária das ações de emissão da Companhia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 03/06/2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SIGABAM – Sindicato dos Garçons, Barmen e Maitres do Estado do Rio de Janeiro, através de sua presidente, nos moldes do Estatuto Social da Entidade, convoca todos os associados quites com suas obrigações estatutárias junto a este Sindicato, em condições de votar, para Assembléia Geral Ordinária, que será realizada no dia 10 de Junho de 2024, em sua sede campestre, na Av. Tereza Rodrigues Lareta Corrêa, 1.573 - Parque Recreio - Dom Pedro II – Distrito de Mauá – Magé – RJ., ás 10:30 hs., em primeira convocação, e às 11:00 hs., em segunda e última convocação, com qualquer número de associados presentes, para deliberação da seguinte ordem do dia: **(1°)** Apresentação e Votação da Prestação de Contas do Exercício de 2023; **(2°)** Apreciação e Votação da Previsão Orçamentária para o Exercício de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 05 de Junho de 2024.
NILMA PATRICIO COSTA - Presidente

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro - Siquirj, respeitando as normas do seu Estatuto Social, convoca os associados para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada de forma presencial, no dia 12 de junho de 2024 às 09h30, em primeira convocação e, se não houver "quórum", às 10h00, em segunda, em sua Sede Social do Siquirj, localizada na Av. Calógeras, 15 – 12° Andar – Centro, Rio de Janeiro, RJ, para discutir e deliberar sobre a pauta reivindicatória apresentada pelo Sindicato Profissional Traquimfar. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2024.
Isaac Plachta – Presidente

ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – APACEF
CNPJ 27.150.796/0001-15
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
PROCESSO ELEITORAL DA APACEF – 2024/2027

No uso de sua competência estatutária, a Presidente da Associação de Aposentados e Pensionistas da Caixa/RJ – APACEF, CNPJ 27.150.796/0001-15, convoca os seus associados para a Assembleia Geral Ordinária prevista nos artigos 19, 20 e 21, e respectivos incisos, do Estatuto Social, a ser realizada no auditório da sede da Associação, na Av. Almirante Barroso, 6 – 4º andar – GR. 405/411, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no dia 19 de junho de 2024, às 11:00 horas, em primeira convocação, com a presença de metade e mais um dos sócios efetivos, ou às 11:30 horas, com qualquer número de sócios presentes, para instaurar o processo eleitoral da APACEF com vistas à eleição dos poderes sociais, representados pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Presidente e Vice Presidente da Diretoria Executiva, para o mandato de 27/09/24 a 26/09/27, deliberando sobre os assuntos da pauta a seguir: 1- Fixar a data da eleição e o prazo para o registro de chapas e de candidatos; 2 - Eleger a Comissão Eleitoral, composta de, no mínimo, três associados, que conduzirá todos os procedimentos necessários à realização da eleição, obedecendo ao que dispuser o Regulamento Eleitoral; 3- Aprovar o Regulamento Eleitoral elaborado previamente pelo GT constituído pela Diretoria Executiva.
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2024
Vera Lúcia Faria de Moraes
Presidente da APACEF

RIO TRENS PARTICIPAÇÕES S.A.
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
CNPJ nº 02.720.700/0001-86 – NIRE 33.3.0026094-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezado Senhor Acionista, convocamos V.Sa. para a Assembleia Geral Ordinária da **Rio Trens Participações S.A. – Em Recuperação Judicial** ("Companhia" ou "RTP"), que será realizada no dia **14 de junho de 2024**, remotamente, por meio eletrônico às **10 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte: **Ordem do Dia: 1)** Prestação de contas da administração, deliberação sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023 bem como sobre a destinação dos resultados, nos termos do art. 132 da Lei 6.404/76; **2)** Fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia. Pela natureza da deliberação, solicitamos que V.Sas. profiram seus votos publicamente pelo e-mail eletrônico governanca@supervia.com.br, até a data e hora da realização da assembleia ora convocada. A Companhia enviará, aos endereços de e-mail indicados pelos acionistas ou seus representantes, o Edital de Convocação, a documentação referente à deliberação da assembleia e as instruções de voto, as referidas informações são pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. Por fim, informamos que todos os documentos e informações necessários à deliberação da ordem do dia foram disponibilizados na sede da Companhia. Rio de Janeiro, 06 de junho de 2024. **Kazuhisa Ota**, *Presidente do Conselho de Administração*.

SONDOTÉCNICA 70 ANOS

SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.
CNPJ nº 33.386.210/0001-19
NIRE nº 3.330.013.730-1
Companhia Aberta
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2024

1. Data, hora e local: Aos 16 dias de maio de 2024, às 9h, na sede social da Companhia, na Rua Voluntários da Pátria, nº 45, 8º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.270-900. **2. Composição da Mesa:** Sr. Daniel Bergman, presidente; Sr. Fabio Bergman, secretário. **3. Quórum e Presença:** Dispensada a convocação prévia tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, Sr. Daniel Bergman, Sr. Fabio Bergman e Sra. Sheila Bergman. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Os conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos da alínea "b" do artigo 12 do estatuto social da Companhia, **aprovam** a reeleição: **(a)** para Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores, do senhor **Fabio Bergman**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CONFEA-CREA/RJ sob o nº 200155969-0 e no CPF/MF sob o nº 082.820.237-01; **(b)** para Diretores sem designação específica, dos senhores **Homero Valle de Menezes Côrtes**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CONFEA-CREA/RJ sob o nº 200179263-8 e no CPF/MF sob o nº 241.098.357-04; **Cristiano Cardoso Augusto Moreira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CONFEA-CREA/RJ sob o nº 200132016-7 e no CPF/MF sob o nº 043.060.557-95; **José Antonio Mazzoco**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CONFEA-CREA/SP sob o nº 260368456-6 e no CPF sob o nº 694.078.608-25; e **André Dias de Souza**, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, inscrito no CAU/SP sob o nº A67700-0 e no CPF/MF sob o nº 355.030.888-40, todos com o mesmo endereço profissional da Companhia e com mandato unificado de 01 (um) ano, a contar de **02 de junho de 2024,** ou até a sua substituição, conforme decisão deste Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. **6. Encerramento da Reunião:** Nada mais havendo a ser tratado, os conselheiros encerraram a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. Rio de Janeiro, RJ, 16 de maio de 2024. **Daniel Bergman - Presidente do Conselho de Administração**. **Fabio Bergman - Conselheiro, Sheila Bergman - Conselheira**. JUCERJA em 21/05/2024 sob o nº 6245208. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Agro: 'O governo precisa avançar na questão do seguro rural'

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o Setor Agropecuário com Sérgio Vale, diretor da MB Associados, que é sócia e consultora econômica da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio). Nesta semana, o IBGE divulgou o resultado do PIB do setor do 1T24, que registrou uma queda de 3% em relação ao mesmo trimestre de 2023. No ano passado, no mesmo período, 1T23 x 1T22, o setor havia crescido 18,8%.

MB Associados

Sérgio Vale

Como você avalia o desempenho do PIB do Agro no 1T24?

De forma positiva, pois, apesar de ter sido uma queda, nós esperávamos uma queda um pouco maior que 5%. Foi um desempenho muito bom, pois tivemos problemas de produção de algumas culturas, principalmente de soja e um pouco de milho neste começo de ano, o que pega com mais intensidade na contabilidade do IBGE do 1T24, mas o impacto acabou sendo menor do que se imaginava.

Para este ano, nós podemos dizer que o Agro será mais fraco que no ano passado. Há uma quebra de produção esperada pelo Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e por todos os agentes de mercado, especialmente de soja, o que faz com que tenhamos um cenário de produção agrícola menor e que impacta diretamente nas contas nacionais, pois a safra é extremamente importante para a contabilização desse dado.

No ano passado, o Agro cresceu um pouco acima de 15% por conta da supersafra, mas neste ano, além de não termos tido uma supersafra, nós tivemos uma pequena quebra, o que faz com que seja natural vermos essa desaceleração acontecendo agora.

Qual a sua expectativa para o resultado do setor nos próximos trimestres e no ano?

Minha expectativa é de que continue tendo queda, especialmente no 2T24 e no 3T24, No ano, a queda deve ficar ao redor de 3%. Obviamente, nós temos que acompanhar o impacto do Rio Grande do Sul, que é responsável por 12% da agropecuária brasileira, mas no caso da soja, ela já havia sido colhida. Nós estamos mais preocupados com outras produções relevantes da região, como arroz, leite e trigo, que vai começar a ser plantado agora.

De qualquer maneira, os primeiros sinais que estão aparecendo indicam que não há uma grande mudança de produção. Por exemplo, no caso do arroz, com pouco mais de 7 milhões de toneladas anuais, nós temos 200 mil que podem ter sofrido algum impacto por conta das cheias e das enchentes. Como nós conseguimos suprir isso, com uma certa facilidade, com importação, eu acredito que não vamos ter grandes impactos acontecendo por conta do Rio Grande do Sul.

O que continua sendo relevante é, justamente, a questão climática relacionada ao El Niño no 1S24, que vem, na verdade, desde o final do ano passado, e ao La Niña no 2S24, que, aparentemente, vai ser fraco, mas que causa repercussões, principalmente no sul, em termos de seca e que pode causar problemas para a soja no final do ano.

Para este ano, eu diria que a queda está dada. A boa notícia é que depois de crescermos 15% no ano passado, se o Agro cair 3% neste ano, o setor continua, francamente, ganhador, pois ele não vai perder, de maneira alguma, o que ganhou no ano passado. Essa perda será relativamente pequena

Como o problema do RS deve impactar o Agro brasileiro?

No primeiro momento, parecia que o impacto seria bastante grave, mas com as últimas informações, talvez ele não seja tão grave assim. Há essa discussão na questão do arroz, com uma certa queda de braço entre o governo federal e os produtores do estado com relação a quantidade muito grande de importação de arroz, o que pode prejudicar ainda mais o segmento.

O impacto nos preços, que é outra preocupação, parece não estar vindo com tanta intensidade nas últimas semanas. Se não houver um impacto muito severo na produção, é provável que também não haja grandes impactos nos preços. Por exemplo, eu mantive as minhas estimativas para o IPCA de 3,8% e para o IPCA de alimentos de 4,2%.

A questão é que se não houver uma grande reversão até o final do ano, essa inflação de alimentos pode surpreender negativamente. Isso porque na inflação de alimentos no domicílio do IPCA 15, que foi até 15 de maio, nós temos uma alta, só neste ano, de 5,3%. Para que a inflação seja de 4,2%, isso significa que precisamos de uma queda de um ponto percentual, até o final do ano, para gerar esse resultado.

Há uma chance de termos uma inflação de alimentos um pouco mais preocupante neste ano, mas isso, não necessariamente, está atrelado a questão do Rio Grande do Sul, e sim a uma questão maior relacionada à perda de safra que estamos tendo agora, ao movimento maior de preços lá fora e a taxa de câmbio depreciada, que também coloca uma pressão de preços.

O câmbio, que estava rodando entre R$ 4,90 e R$ 5 de repente está caminhando para quase R$ 5,30 novamente. Ele deve se estabilizar entre R$ 5,10 e R$ 5,20, mas esse é um câmbio depreciado que coloca um elemento de preço no final.

Tecnicamente, no que o Governo Federal deveria ficar atento para apoiar o Setor Agropecuário?

O governo deveria evitar o que tem tentado fazer nas últimas semanas, quando veio a discussão de estoque regulador para tentar regular preço. Isso é uma prática antiga que existia na agricultura brasileira até os anos 80 e que foi devidamente enterrada. Nós temos que manter mecanismos de preço dentro do setor e evitar, o máximo possível, esse tipo de interferência indevida.

O que precisa avançar, cada vez mais, é a questão do seguro rural. É preciso avançar nessa questão, junto com as entidades privadas, especialmente o Banco do Brasil, para que, em momentos como esse, nós tenhamos o agricultor preparado e protegido. Na verdade, por conta das mudanças climáticas, é o que o governo deveria investir com mais intensidade.

O governo deveria evitar essa discussão de Plano Safra, com uma taxa de juros menor, pois em momentos de crise, sempre saem soluções que parecem ser interessantes, mas que, na maior parte das vezes, são equivocadas. O ideal seria o governo olhar com mais atenção o seguro rural, mas pelas investidas das últimas semanas, ele não está indo por esse caminho.

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

O Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro, inscrito no M.F. sob N° 29.961.729/0001-06 com sede à Av. Pres Vargas, 583 s/216, convoca os psicólogos a participar da assembleia, no **dia 10/06/24 às 18:00h,** em sua primeira convocação. Após trinta minutos, não havendo quorum, a assembleia terá início em segunda convocação, com qualquer número de participantes, para deliberar sobre a seguinte **pauta:** a) escolha delegados para participar do Congresso da FENAPSI b) assuntos gerais
A Diretoria do SINDPSI RJ

Reservas Técnicas de Capitalização ajudam no desenvolvimento da infraestrutura do país

Os títulos de capitalização existem há 95 anos e, ao longo dos tempos, foram se adaptando às necessidades dos clientes e à movimentação do mercado. A solidez desse tipo de negócio está associada a alguns fatores, como a diversificação das modalidades de capitalização que atendem aos mais diferentes negócios, o cumprimento de regras regulatórias e de governança das empresas e, ainda, devido à robustez das reservas técnicas do setor, que não só reforçam sua capacidade financeira e garantem o cumprimento dos compromissos firmados com os clientes, como ajudam a desenvolver o país.

Isso ocorre porque as sociedades de capitalização precisam aplicar e rentabilizar seus recursos para garantir os sorteios e o pagamento de resgates de títulos ao fim das vigências, além de arcar com seus encargos. A legislação permite a aplicação de até 100% dos recursos da capitalização em títulos públicos, um investimento de baixo risco e liquidez. Isso quer dizer que financiamos o Governo, com valores que podem ser usados na melhoria da infraestrutura do país, permitindo a realização de obras públicas, por exemplo, que não seriam possíveis apenas com a arrecadação de impostos.

Atualmente, as reservas técnicas do setor estão em R$ 40 bilhões e, de acordo com o estudo "Estimativa de potencial para a capitalização", no qual foram apresentadas expectativas ainda mais arrojadas para o segmento, a perspectiva é de que as reservas cheguem a R$ 100 bilhões, considerando a projeção de crescimento das arrecadações e dos resgates, caso seja alcançado o potencial de mercado estimado até 2026. Isso mostra a relevância da capitalização para o país e serve para a Federação Nacional de Capitalização (FenaCap) desenhar com as sociedades de Capitalização associadas estratégias transformadoras e de alto impacto social e ambiental.

Inicialmente destinado a estimular a disciplina financeira, tendo como incentivo a participação em sorteios em dinheiro feitos durante a vigência dos títulos, o segmento de capitalização atualmente oferece seis diferentes modalidades, com soluções capazes de atender a perfis variados de consumidores, como a possibilidade de alugar imóveis sem a necessidade de fiador, solicitar crédito ou garantir obras públicas e privadas, sempre com a possibilidade de concorrer a sorteios.

E essa diversificação contribuiu para o crescimento da Capitalização no país, como mostram dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), analisados pela FenaCap. Em 2023, o setor teve 5,6% de aumento na arrecadação, comparado ao ano anterior. E 2024 segue a tendência de alta, com R$ 7,4 bilhões arrecadados no primeiro trimestre, um aumento de 4,2% em relação ao mesmo período de 2023. Somando resgates e sorteios, foram pagos R$ 6,8 bilhões à sociedade, totalizando um crescimento de 18,3%, em relação a 2023.

A consolidação desse cenário promissor nos permite acreditar na possibilidade de os recursos gerados pela movimentação da Capitalização serem utilizados, por exemplo, na reconstrução do Rio Grande do Sul. Ao aplicarmos as reservas técnicas em títulos públicos, oferecemos ao governo a possibilidade de ampliar investimentos na construção de hospitais, escolas, pontes e outros equipamentos fundamentais para a retomada daquele estado.

Denis Morais
Presidente da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Jornada digital da Brasma inclui a telemedicina veterinária

Com o propósito de prestar atendimento aos pets e o suporte imediato aos seus donos, A Brasma Consultoria e Corretora de Seguros incluiu os serviços de telemedicina veterinária, como um recurso para os animais domésticos.

As consultas virtuais já são uma tendência no Brasil, desde a pandemia. Ao perceber a adesão imediata, toda equipe de colaboradores se adaptou para facilitar a intermediação direta com o cliente, para especificar aos usuários sobre como a dinâmica funciona e facilita o seu cotidiano.

De acordo com uma pesquisa divulgada pelo aplicativo Dr. Mep,150 milhões de pets vivem no Brasil, sendo 58% cães e 28% gatos. A plataforma aponta que 95% das consultas realizadas através da telemedicina veterinária são realizadas por clínico geral. E há uma demanda maior de chamadas após as 21 horas.

"A Brasma Televeterinária transformou a inovação em uma ação prática para avançar no seu modelo de negócio. Os responsáveis por seus pets proporcionam uma assistência instantânea para o seu bichinho de estimação. Caso aconteça algum imprevisto com o pet, é possível obter uma orientação médica sobre a emergência, em menos de dez minutos. Levamos mais esses recursos para os nossos segurados, focando também nos novos clientes que podem aderir aos serviços prestados.", afirmou Bernardo Marino, diretor comercial da Brasma.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) publicou no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2022, a Resolução CFMV nº 1.465/2022, que aprova e regulamenta a telemedicina veterinária no país, possibilitando a profissionais da área atuarem com a consulta médica veterinária, em ambiente virtual. O ato normativo entrou em vigor no mês seguinte a publicação.

No que diz respeito às prescrições, a resolução prevê que os receituários de medicamentos sujeitos a controle especial somente serão válidos quando subscritos com assinatura eletrônica qualificada, por meio de certificado digital.

A resolução determina que o atendimento presencial é o "padrão ouro para a prática dos atos médicos veterinários", de forma a assegurar ao profissional, a autonomia de decisão quanto ao uso da telemedicina veterinária, inclusive sobre a sua impossibilidade.

ANS divulga números de beneficiários relativos a abril de 2024

Já estão disponíveis no portal da Agência Nacional de Saúde Suple-Suplementar (ANS), os números de beneficiários de planos de saúde referentes a abril de 2024. No período, o setor registrou 51.031.239 de usuários em assistência médica e 33.077.338 em planos exclusivamente odontológicos, segmento este que representa um novo recorde de beneficiários no setor.

Os dados podem ser conferidos na Sala de Situação, ferramenta de consulta disponível no portal da ANS. Nos planos exclusivamente odontológicos, somaram-se 2.376.503 beneficiários em um ano; e houve um aumento de 389.244 usuários na comparação de abril deste ano com o mês anterior.

No caso dos planos médico-hospitalares, houve crescimento de 845.421 beneficiários em relação a abril de 2023. Já no comparativo de abril deste ano com março de 2024, houve um aumento de 91.975 usuários.

Em relação aos estados, no comparativo com abril de 2023, o setor registrou evolução de beneficiários em planos de assistência médica em 26 unidades federativas, sendo Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará os estados que tiveram o maior ganho em números absolutos.

Entre os odontológicos, 24 unidades federativas registraram crescimento no comparativo anual, sendo São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul os estados com maior crescimento em números absolutos. Vale destacar que os números podem sofrer alterações retroativas em razão das revisões efetuadas mensalmente pelas operadoras.

Susep lança GT 'Seguros e Transformação Ecológica'

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) publicou nesta quarta-feira a Portaria nº 8.300, de 03 de junho de 2024, que constitui o Grupo de Trabalho (GT) "Seguros e Transformação Ecológica", com o propósito de discutir e propor recomendações de aperfeiçoamento regulatório de produtos e coberturas securitárias relacionados aos objetivos do Plano de Transformação Ecológica (PTE) do Governo Federal.

O GT será composto por quatro subgrupos, que terão como referência tem, como eixos temáticos, integrantes do PTE, finanças sustentáveis; bioeconomia e sistemas alimentares; economia circular; e transição energética.

A constituição do GT, que possui natureza consultiva, está em linha com o Plano de Regulação da Susep para os exercícios de 2023-2024 e será composto por servidores da Autarquia, representantes de órgãos do Governo Federal, entidades públicas, privadas e pessoas especialistas, cujas atividades comprovadamente estejam relacionadas às matérias de pauta dos respectivos subgrupos que virão a compor.

De acordo com o Superintendente da Susep, Alessandro Octaviani, "o Sistema Nacional de Seguros Privados deve ser estruturado de modo a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, conforme determina o art. 192 da Constituição Federal. Além disso, um dos objetivos da política de seguros privados, de acordo com o comando do inciso VI do art. 5º do Decreto-Lei nº 73, de 1966, é coordenar a Política de Seguros com a Política de Investimentos do Governo Federal.

Assim, a Susep, enquanto reguladora e supervisora do mercado de seguros, atenta ao seu papel institucional, criou o presente Grupo de Trabalho que terá a missão de subsidiar a Autarquia com elementos capazes de fazer com que os esforços da Susep estejam alinhados com o Plano de Transformação Ecológica (PTE) do Governo Federal".

FenaSaúde avalia reajuste de planos

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), em nota divulgada "avalia que o novo índice de reajuste dos planos médicos individuais e familiares reflete esforços de gestão das empresas do setor. No entanto, está, em muitos casos, aquém da variação real das despesas assistenciais de parte das operadoras.

Segundo a entidade representativa de operadoras dos planos de saúde, "o teto de 6,91% autorizado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) é o menor dos últimos 13 anos, com exceção de 2021, quando o índice foi negativo (de -8,19%), em decorrência da pandemia de Covid-19."

A FenaSaúde lembra que nos últimos 12 meses, as gestoras de planos reforçaram as iniciativas de controle de custos, negociação de preços, aperfeiçoamento de contratos, redução de desperdícios e combate a fraudes. "Com isso, atenuaram em alguma medida o desequilíbrio financeiro do setor, mas sem conseguir eliminá-lo, por conta de condições que fogem ao controle das operadoras. Dados da ANS mostram que as operadoras de planos médico-hospitalares fecharam o ano de 2023 com R$ 5,9 bilhões de prejuízo operacional."

Entre os fatores que influenciam o porcentual de reajuste estão a entidade aponta: a inflação específica da saúde, historicamente maior do que a registrada nos índices oficiais do conjunto das atividades econômica; a obrigatoriedade de oferta de tratamentos cada vez mais caros, com doses de medicamentos que, em alguns casos, chegam a cifras milionárias; a ocorrência cada vez mais frequente de fraudes; e a judicialização predatória.

"São circunstâncias que desafiam um setor que abre as portas da medicina privada para quase 51 milhões de brasileiros, ajudando a desafogar o SUS. A cada ano, os planos de saúde cobrem mais 1,8 bilhão de procedimentos – entre consultas, exames, internações, terapias e cirurgias.

Correspondentes bancários: 53 estão proibidos de atuar por um ano

Motivo é irregularidade no consignado

O número de medidas administrativas a correspondentes em razão do descumprimento às normas da Autorregulação para o Consignado já chega a 1.331 desde o início de sua vigência, em 2020. Até março de 2024, último levantamento das reclamações feito pelos bancos, 53 empresas haviam cometido irregularidades e estão impedidas de atuar. No mês, também foram registradas cinco novas advertências a empresas. As medidas punitivas foram aplicadas em abril, informou nesta quarta-feira a Federação Brasileira de bancos (Febraban).

As ações também se estendem aos agentes de crédito. Desde o início do monitoramento a esses profissionais, em julho de 2023, até março de 2024, 161 agentes foram pontuados em razão das reclamações de clientes. Cento e Vinte e cinco atingiram 5 pontos, 26 profissionais, 10 pontos, 5 agentes, 15 pontos e 5 atingiram a pontuação máxima, de 20 pontos, e estão suspensos de atuar com as instituições financeiras autorreguladas por 12 meses.

Participam da Autorregulação 64 instituições financeiras que representam cerca de 99% do volume total da carteira de crédito consignado no país. As regras se aplicam ao empréstimo e ao cartão consignado e visam a proteção dos direitos dos consumidores.

O acompanhamento e a aferição das ações irregulares são feitos por várias fontes de informação, que refletem as reclamações dos consumidores. As infrações às regras podem acarretar às instituições financeiras multas que variam de R$ 45 mil a R$ 1 milhão. Os valores arrecadados são destinados a projetos de educação financeira.

"Condenamos qualquer tentativa de assédio comercial ou fraude na prestação e oferta de serviços e produtos bancários. As medidas administrativas aplicadas a correspondentes e agentes de crédito refletem o empenho dos bancos na proteção do consumidor e no aprimoramento das práticas de mercado", afirma Isaac Sidney, presidente da Febraban.

"Trabalhamos continuamente para que a oferta deste produto financeiro seja cada vez mais ética e transparente, proporcionando à população acesso ao crédito de forma justa, responsável e inclusiva", complementou a presidente da ABBC, Sílvia Scorsato.

Além da quantidade de reclamações procedentes registradas nos canais internos dos bancos ou recebidas pelos Procons, pelo Banco Central ou por intermédio da plataforma ConsumidorGov-Br, são avaliados as ações judiciais e os indicadores de conformidade de uma consultoria independente, que leva em conta questões de governança, política de relacionamento com o consumidor e gestão de dados.

O consumidor também pode verificar se o correspondente é certificado e está apto a oferecer crédito consignado em nome dos bancos. A consulta é realizada por meio do CPF do profissional na base de dados da Central de Registros de Certificados Profissionais.

Pedidos de bloqueios Entre 02 de janeiro de 2020 e 06 de maio de 2024 foram feitas na plataforma Não me Perturbe 4.569.098 solicitações de bloqueios de telefone para o recebimento de ligações de ofertas indesejadas sobre crédito consignado. Por meio da plataforma, os consumidores podem proibir que instituições financeiras e correspondentes bancárias façam contato proativamente para oferecer crédito consignado. Já os pedidos feitos para todas as instituições financeiras somaram 4.530.835.

A maioria dos pedidos de bloqueio de telefone partiu de consumidores de cidades da região Sudeste (53,34%), com 2.436.970 pedidos. A região Sul responde por 18,80% do total de pedidos (859.077), seguida pelo Nordeste (14,53%), com 663.753 pedidos. Centro-Oeste e Norte respondem por 9,70% (443.409) e 3,63% dos pedidos (165.889), respectivamente. O Estado de São Paulo, com 1.340.654 pedidos de bloqueio, lidera as queixas no país, seguido por Minas Gerais (514.351) e Rio de Janeiro (469.155).

Combate ao assédio

Os compromissos voluntários dos bancos são constantemente atualizados e aperfeiçoados para prever novas medidas que buscam o fortalecimento da Autorregulação e a proteção do consumidor.

Para coibir as ligações telefônicas indesejadas e o assédio comercial, por exemplo, os bancos participantes não remuneram os correspondentes em caso de novas operações em nome de consumidores que estão registrados ou desbloquearam seu número de telefone no "Não me Perturbe" há menos de 180 dias.

O fortalecimento da autorregulação conta ainda com o apoio de normas estatais, como a Instrução Normativa 138 do INSS, que estabelece que as instituições participantes do convênio devem aderir e respeitar as regras do Não me Perturbe, previstas na Autorregulação do Crédito Consignado.

Senado aprova taxação de compras internacionais de até US$ 50

O projeto de lei 914/24, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), foi aprovado no plenário do Senado nesta quarta-feira. O texto traz incentivos financeiros e redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de veículos com menor emissão de gases do efeito estufa.

O projeto foi aprovado com uma emenda que prevê taxação de produtos importados até US$ 50, que foi incluída na Câmara dos Deputados, para onde o texto voltará para ser analisado novamente, após mudanças no conteúdo. A mudança abrange grandes empresas varejistas internacionais que vendem pela internet, como Shopee, AliExpress e Shein.

Segundo a Agência Brasil, a emenda que prevê a taxa sobre as importações havia sido retirada do projeto pelo relator da proposta no Senado, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), argumentando tratar-se de tema "estranho" ao conteúdo principal do projeto de lei. No entanto, os senadores votaram pela manutenção da taxação no projeto de lei.

Foram excluídos do texto outros conteúdos estranhos ao tema inicial que haviam sido incluídos pela Câmara. Um deles é o que incluía na lei a exigência de uso de conteúdo local na exploração e escoamento de petróleo e gás. Outro trecho excluído pelo relator tratava de incentivos para a produção nacional de bicicletas.

Pela legislação atual, produtos importados abaixo de US$ 50 (cerca de R$ 255) são isentos de imposto de importação. O relator do projeto na Câmara, deputado Átila Lira (PP-PI), incluiu a taxação de 20% de imposto sobre essas compras internacionais.

Compras dentro desse limite são muito comuns em sites de varejistas estrangeiros, notadamente do sudeste Asiático, como Shopee, AliExpress e Shein. Os varejistas brasileiros pedem a taxação dessas compras, afirmando que, sem o tributo, a concorrência fica desleal.

O programa incentiva a descarbonização da indústria de veículos, inclui limites mínimos de reciclagem na fabricação e cobra menos imposto de quem polui menos, criando o IPI Verde. Para que tenham acesso aos incentivos, as empresas devem ter projetos aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e aplicar percentuais mínimos da receita bruta com bens e serviços automotivos na pesquisa e no desenvolvimento de soluções alinhadas à descarbonização e à incorporação de tecnologias assistivas nos veículos (que tenham como objetivo facilitar o uso para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida).

A redução do IPI e habilitação dos projetos das indústrias e montadoras do setor para acessar os incentivos financeiros já foram regulamentados em um decreto presidencial e em uma portaria do MDIC. Os incentivos, segundo o governo, estão orçados em R$ 3,5 bilhões para 2024 e somam R$ 19,3 bilhões em cinco anos. A expectativa é de que o Brasil possa passar a produzir, por exemplo, os componentes de veículos elétricos, que atualmente são importados.

EMGAD EMPREENDIMENTOS GERAIS E ADMINISTRAÇÕES S/A

CNPJ Nº 33.895.178/0001-05

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro (Em MR$)

Ativo	2023	2022
Ativo Circulante		
Disponibilidades	77.573	37.746
Aplicações Financeiras	2.620.235	2.516.385
Estoque de moveis	1.075.124	1.075.124
Valores a Recuperar	21.204	21.204
Adiantamentos	l.500	1.500
Dividendos a Receber	-	-
	3.795.637	**3.651.959**
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Depósito Judicial	-	-
Investimentos	-	-
Participação Societária	8.184.367	8.129.059
	8.184.367	**8.129.059**
Permanente		
Imobilizado	-	-
Depreciações	-	-
Bens Intangíveis		
Marcas e Patentes	4.074	4.074
Direito de Uso de telefone	337	337
Amortizações	(441)	(441)
	3.970	**3.969**
Total do Ativo	**11.983.973**	**11.784.987**

Passivo	2023	2022
Passivo Circulante		
Contas a Pagar		
Emprestimos Bancários	-	-
Aluguel a Pagar	-	-
Dividendos a Pagar	9.783.656	9.789.656
	9.783.656	**9.789.656**
Débitos Sociais		
Contribuições a recolher	15.406	27.527
	15.406	**27.527**
Débitos Fiscais		
Impostos a recolher	-	-
Passivo Não Circulante		
Passivo Diferido	-	-
Receita Liquida Aplic.Financeiras	1.427.667	1.278.548
	1.427.667	**1.278.548**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	129.956	129.956
Reserva Legal	31.818	31.818
Reserva Avaliação Patrimooial	14.043	14.043
Reserva de Lucros	581.426	513.439
	757.243	**689.256**
Total do Passivo	**11.983.973**	**11.784.987**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício Findo em 31 de Dezembro (Em MR$)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Avaliação Patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**129.956**	**31.818**	**14.042**	**513.440**	**689.256**
Lucro (Prejuízo) do exercício	-	-	-	735.986	735.986
Destinações:					
Reversão Provisão Dividendos	-		-	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	-	(668.000)	(668.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**129.956**	**31.818**	**14.042**	**581.426**	**757.242**

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Exercício Findo em 31 de Dezembro
(Em MR$, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	2023	2022
Receita Bruta Operacional		
Receita Operacional	-	-
Deduções das Receitas		
Impostos sobre as Receitas	-	-
Receita Operacional Líquida		
Lucro Bruto Operacional		
Despesas / Receitas Operacionais		
Pessoal e Administrativas	(275.272)	(209.464)
Receita e Despesas Financeiras	252.724	142.745
Despesas Tributárias	(64.773)	(64.392)
Variação Monetária-Dep.Judicial	-	-
Receitas Equivalência Patrimonial	823.308	1.343.198
Lucro Operacional	**735.986**	**1.212.087**
Resultado antes da Tributação	735.986	1.212.087
Irnposto de Renda Contribuição Social	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**735.986**	**1.212.087**
Lucro (Prejuizo) por ação do capital social	**5,66**	**9,33**

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício Findo em 31 de Dezembro (Em MR$, exceto o lucro por ação)

	2023	2022
Saldo inicial em 01 de janeiro	**559.301**	**247.961**
Lucro/ Prejuízo líquido do exercício	735.986	1.212.087
Lucro Acumulado	1.295.287	1.460.048
(-) Destinação dos lucros		
Reserva legal	-	-
Reversão Provisão Dividendos a Pagar	-	-
Dividendos Distribuídos	668.000	900.748
Saldo final	**627.287**	**559.301**

Erika Worobjow Almeida - Diretora Presidente
Rodolfo de Oliveira Costa - Contador - CRC/RJ N° 018.621/O-5

Petrobras teve queda acentuada de investimento nos últimos anos

De 2003-2013, os investimentos nominais médios anuais da Petrobras atingiram US$ 27,7 bilhões e viabilizaram no período o pré-sal e a autossuficiência de petróleo. Na última década, porém, a estatal experimentou uma queda do volume de investimento para US$ 17,1 bilhões.

Os dados compõem o Boletim do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), publicação mensal com informações e análises estratégicas sobre o setor de óleo e gás, divulgado nesta quarta-feira. A edição traz editorial sobre a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e pontua o que ocorreu com a companhia em duas décadas.

Sem investimento não há sustentabilidade de longo prazo na indústria de óleo e gás. "A queda no volume de investimento é uma expressão do processo de desmonte da empresa e foco na rentabilidade de curto prazo, em especial no período 2016-2022, quando os investimentos médios foram de apenas US$ 13,8 bilhões". Na análise do instituto, a gestão de Jean Paul Prates (ex-presidente da Petrobras) trouxe avanços significativos na reorientação da companhia, mas sua gestão seguiu constrangida pela preservação da rentabilidade de curto prazo.

"Alterar a direção da Petrobras é uma tarefa complexa, e a nova gestão, liderada por Magda Chambriard, enfrentará diversos desafios estruturais, dentre os quais, destacam-se: retomar uma política de recuperação das reservas a longo prazo, expandir a capacidade e eficiência do parque de refino nacional para reduzir a dependência da importação de derivados e a exposição à volatilidade internacional dos preços, incluindo, no médio prazo, a estruturação para produção de combustíveis sintéticos; ampliar a infraestrutura de escoamento de gás natural no país, fundamental para a descarbonização do parque industrial brasileiro; e retomar uma política industrial ativa", enfatiza a análise..

Segundo o Innep, a gestão de uma empresa pública, estratégica e de capital misto como a Petrobras é complexa e exige uma capacidade de equilíbrio entre os interesses de seus acionistas minoritários e sua sustentabilidade operacional e financeira de longo prazo.

SIEM Offshore

Siem Offshore do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 27.596.568/0001-73

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de VSas, as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2023. Rio de Janeiro, 28/05/2024. **A Administração.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	49.642	54.588	60.865	
Contas a receber de clientes (Nota 6)	29.597	23.684	42.376	33.168
Tributos a recuperar (Nota 8)	7.513	4.977	9.745	7.663
Despesas antecipadas	972	1.534	972	1.543
Adiantamento a fornecedores	1.482	1.197	1.688	1.446
Outros ativos (Nota 7)	934	2.107	1.289	3.416
	90.140	88.087	116.935	115.691
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Caixa restrito (Nota 10)	14.866	15.350	14.866	15.350
Depósitos judiciais (Nota 9)	13.316	11.859	13.355	11.904
Partes relacionadas (Nota 16)	1.886	2.904	1.886	2.441
Outros ativos (Nota 7)	597	101	830	324
	30.665	30.214	30.937	30.019
Investimentos (Nota 11)	16.388	19.646	-	-
Imobilizado (Nota 12)	333.972	350.455	333.972	350.455
Intangível	127	111	127	111
	350.487	370.212	334.099	350.566
Total do não circulante	381.152	400.426	365.036	380.585
Total do ativo	471.292	488.513	481.971	496.276

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores (Nota 14)	3.356	2.103	4.065	2.584
Provisões (Nota 13)	7.250	2.292	13.067	4.217
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	34.487	37.884	34.487	37.884
Obrigação com cliente (Nota 17)	-	22.237	-	22.237
Parcelamento de tributos (Nota 24)	444	1.020	444	1.020
Tributos a recolher	5.862	5.267	7.896	7.778
Salários e encargos sociais	3.844	3.300	6.165	6.142
Arrendamentos/Outros passivos	525	1.530	536	1.534
	55.768	75.633	66.660	83.396
Não circulante				
Partes relacionadas (Nota 16)	121.344	127.744	121.131	127.744
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	464.339	542.577	464.339	542.577
Provisões para contingências (Nota 17)	91.353	72.082	91.353	72.082
Parcelamento de tributos (Nota 24)	-	281	-	281
Outros passivos	3.731	73	3.731	73
	680.767	742.757	680.554	742.757
Total do passivo	736.535	818.390	747.214	826.153
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	337.921	337.921	337.921	337.921
Ajustes de avaliação patrimonial	(50.965)	(74.297)	(50.965)	(74.297)
Prejuízos acumulados	(552.199)	(593.501)	(552.199)	(593.501)
Total do patrimônio líquido	(265.243)	(329.877)	(265.243)	(329.877)
Total do passivo e do patrimônio líquido	471.292	488.513	481.971	496.276

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 19(a))	165.182	133.244	214.969	197.336
Custos dos serviços prestados (Nota 19(b))	(107.988)	(72.624)	(159.348)	(132.850)
Lucro bruto	57.194	60.620	55.621	64.486
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais e administrativas (Nota 20)	(22.083)	(23.665)	(24.500)	(24.806)
Participação nos resultados de controlada (Nota 11)	(3.009)	3.935	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 21)	(888)	24	(911)	24
Lucro operacional	31.214	40.914	30.210	39.704
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 22)	(23.031)	(25.057)	(23.147)	(25.178)
Receitas financeiras (Nota 22)	5.630	5.015	7.031	6.336
Variações cambiais, líquidas (Nota 22)	27.489	(21.197)	27.688	(21.187)
Resultado financeiro	10.088	(41.239)	11.572	(40.029)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	41.302	(325)	41.782	(325)
IR e CS - correntes (Nota 23)	-	-	(480)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	41.302	(325)	41.302	(325)
Lucro (prejuízo) básico e diluído (expresso em reais para o lote de mil ações) (Nota 18(d))	0,03	(0,00)		

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) do exercício	41.302	(325)	41.302	(325)
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:				
Variação cambial de controladas localizadas no exterior, incluindo reclassificação (Nota 11)	(2.313)	(20)	(2.313)	(20)
Hedge contábil (Nota 18 (c))				
Reconhecidos no patrimônio líquido	9.613	19.637	9.613	19.637
Transferidos para o resultado	16.032	41.685	16.032	41.685
Total do resultado abrangente do exercício	64.634	60.977	64.634	60.977

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31/12/2021	337.921	(135.599)	(593.176)	(390.854)
Resultado abrangente do exercício:				
Prejuízo do exercício	-	-	(325)	(325)
Variação cambial da controlada no exterior	-	(20)	-	(20)
Hedge contábil (Nota 18)	-	19.637	-	19.637
Reclassificação Hedge contábil (Nota 18)	-	41.685	-	41.685
Em 31/12/2022	**337.921**	**(74.297)**	**(593.501)**	**(329.877)**
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	41.302	41.302
Variação cambial da controlada no exterior	-	(20)	-	(20)
Reclassificação de variaçao cambial da controlada no exterior (Nota 11)	-	(2.293)	-	(2.293)
Hedge contábil (Nota 18)	-	9.613	-	9.613
Reclassificação Hedge contábil (Nota 18)	-	16.032	-	16.032
Em 31 de dezembro de 2023	**337.921**	**(50.965)**	**(552.199)**	**(265.243)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (prejuízo) do exercício antes do IR e da CSI	41.302	(325)	41.782	(325)
Ajustes				
Depreciação e amortização	31.806	32.794	31.806	32.794
Participação nos resultados de controladas	3.009	(3.935)	-	-
Reversões de provisões	5.874	(3.767)	5.783	(3.791)
Provisão(reversão) para contingências	(2.287)	(1.636)	(2.287)	(1.636)
Apropriação de despesas antecipadas com seguros	608	772	608	772
Variação cambial sobre empréstimos	10.749	51.325	10.749	51.325
Juros sobre empréstimos terceiros	1.293	1.531	1.293	1.531
Juros sobre empréstimos coligadas	3.000	2.710	3.000	2.710
Outras variações monetárias e cambiais	(1.993)	(981)	(1.993)	(1.000)
	93.361	78.488	90.741	82.380
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(11.150)	211	(15.171)	61
Despesas antecipadas	(46)	(1.461)	(37)	(1.470)
Adiantamento a fornecedores e outros ativos	392	1.159	1.389	525
Partes relacionadas	(18.538)	(9.060)	(18.538)	(9.060)
Tributos a recuperar	4.196	4.192	6.030	4.624
Depósitos judiciais	(1.457)	4.082	(1.451)	4.037
Fornecedores	1.253	356	1.481	520
Outros passivos	(84)	(3)	(77)	(16)
Parcelamento de tributos	(857)	(1.047)	(857)	(1.047)
Tributos a recolher	1.407	485	1.033	632
Obrigação com arrendamentos	2.059	(761)	2.059	(761)
Salários e encargos sociais	4.053	(3.351)	8.138	(8.253)
	(18.772)	(5.198)	(16.001)	(10.208)
Caixa gerado nas operações	74.589	73.290	74.740	72.172
Juros pagos	(23.129)	(22.158)	(23.129)	(22.158)
IR e CS pagos	(6.732)	(4.325)	(8.602)	(6.417)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.728	46.807	43.009	43.597
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Baixa do investimento na controlada Consub Delaware LLC	249	-	-	-
Baixa de ativo imobilizado	1.245	-	1.245	-
Caixa restrito	484	581	484	581
Aquisição de ativos imobilizado e intangível (Nota 12)	(16.583)	(377)	(16.583)	(377)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(14.605)	204	(14.854)	204
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos captados de partes relacionadas	8.012	10.820	-	-
Empréstimos amortizados de partes relacionadas	(7.336)	(17.739)	-	-
Financiamentos amortizados com terceiros	(35.745)	(22.783)	(35.745)	(22.783)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(35.069)	(29.702)	(35.745)	(22.783)
(Redução)Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(4.946)	17.309	(7.590)	21.018
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	54.588	37.279	68.455	47.437
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.642	54.588	60.865	68.455
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.946)	17.309	(7.590)	21.018

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Informações gerais: A Siem Offshore do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Grupo", neste caso em conjunto com suas controladas) é membro do grupo norueguês Siem Offshore Inc. que é o acionista controlador e tem como principal atividade a operação de navegação de apoio marítimo, principalmente ao longo da costa brasileira, utilizando embarcações próprias e afretadas do Grupo. A controlada Aracaju Serviços Auxiliares Ltda. tem como principal atividade a operação de embarcações de apoio marítimo e a controlada Consub Delaware LLC, sediada em Delaware, nos Estados Unidos da América, tinha como principal objetivo a atividade comercial no interesse do grupo norueguês. Em junho de 2023, a controlada Consub Delaware LLC foi baixada. Em 31/12/2023, a Companhia apurou lucro de R$ 41.302 (2022 - prejuízo de R$ 325) e patrimônio líquido negativo no montante de R$ 265.243 (2022 - R$ 329.877). Em decorrência dessa situação, a Siem Offshore do Brasil S.A. continua com uma política de redução de custos implementada nos últimos anos, com impacto em todos os setores da Companhia, como redução da força de trabalho, otimização e eficiência nos processos de compras em geral e redução de gastos administrativos, dentre outros. O setor de atuação da Companhia apresenta sinais de recuperação com um acréscimo substancial nos preços do barril de petróleo e da demanda por embarcações no mercado brasileiro, o que justifica a premissa de continuidade da Companhia e sua controlada. As receitas da Companhia são representadas por serviços prestados às empresas operadoras na exploração de petróleo, sendo seu principal cliente a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, atendendo à atividade fim da Companhia ou a solicitações de partes relacionadas, sendo, este último, serviço de gerenciamento de embarcações em águas territoriais brasileiras. A receita de prestação de serviços ao referido cliente representou 33% da receita total do exercício 2023 (2022 - 44%). Em 31/12/2023, a Companhia operava 4 embarcações brasileiras e 2 estrangeiras (2022 - 6 embarcações, sendo 2 estrangeiras). Das embarcações operadas, todas encontravam-se sob contratos firmados com as principais empresas de prospecção, extração e produção de petróleo e gás natural que atuam no Brasil e em outros países com prazos de duração entre 1 a 8 anos, não considerando os prazos de renovação automática. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 28//2024. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 01/01/2023: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. A norma IFRS 18 - Apresentação de Demonstrações Financeiras, divulgada em Abril de 2024, que altera a apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras, visa a melhor divulgação do desempenho financeiro das empresas, oferecendo aos investidores uma melhor base de análise e comparação. Esta norma terá obrigatoriedade a partir de 2027 e não foi adotada de forma antecipada pela Companhia. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **(c) Políticas contábeis e divulgações:** Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2023. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 01/01/2023, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, assumimos, nesta publicação, que nenhuma das referidas alterações exigiu mudança nas políticas contábeis da Companhia; tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações. **(d) Impactos da Guerra na Ucrânia:** A guerra trouxe volatilidade no preço do barril do petróleo e, consequentemente, um sinal de alerta sobre possíveis impactos na atividade de apoio marítimo. Porém, não houve qualquer impacto para a Companhia no exercício 2023 até a data da emissão destas demonstrações financeiras, assim como não são esperados impactos futuros.

Diretoria Executiva:

Nildo Alvim Lucas - Diretor Presidente/Diretor Financeiro
Rosilene Maria Veronez - Contadora - CRCRJ 078775/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Siem Offshore do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Siem Offshore do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e sua controlada em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada **"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas".** Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administraçãoadministração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

pwc

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira - Contador
CRC 1RJ056588/O-4

A versão completa das Demonstrações Financeiras encontram-se no endereço eletrônico: **www.monitormercantil.com.br ou https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br**